

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Formação para o Cargo de Analista de Planejamento
e Orçamento - APO



BUSINESS ANALYTICS
Trending / Year to Date

aPO

ANALISTA DE
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

esara

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação para o Cargo de Analista de Planejamento
e Orçamento - APO**

Escola Nacional de Administração Pública -Enap

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Betânia Peixoto Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Sergio Paz Magalhães

Coordenador-Geral de Formação Intensiva

Fabiany Glaura Alencar e Barbosa

Coordenadora de Formação Intensiva

José Luiz Pagnussat

Coordenador do Curso de Formação Inicial para APO

Luiz Guilherme Pinto Henriques

Curador do curso

Michelle G. Morais de Sá e Silva

Curadora do Eixo Basilar

Equipe:

Carlos Rodrigo Costa

Daniella Silva Cardoso

Eliane Luz

Flávia Magalhães Freire

José Luiz Pagnussat

Maria Cristina da Silva P B Bogarim

Ricardo Ferreira da Silva Cunha

Sílvia Helena de Abreu Gomes

Estagiárias:

Bruna Barbacena de Araújo

Layza da Conceição Nunes da Silva

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	6
2. APRESENTAÇÃO	7
2.1 Contexto e Justificativa	7
2.1 Objetivo Geral.....	8
3. COMPETÊNCIAS	9
3.1 Competências Transversais e para Liderança.....	9
3.2 Competências Específicas	10
4. CARGA HORÁRIA	13
5. CRONOGRAMA DE OFERTA	13
6. METODOLOGIA	14
7. MATRIZ CURRICULAR	15
8. CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS	17
9. LABORATÓRIO DE CASOS	21
10. TRILHA DE APRENDIZAGEM	23
11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	24
11.1 Avaliação para as Aprendizagens	24
11.2 Avaliação do Curso.....	25
12. CERTIFICAÇÃO	26
13. INFRAESTRUTURA	26
14. CORPO DOCENTE	27
REFERÊNCIAS	28

1. IDENTIFICAÇÃO

Título

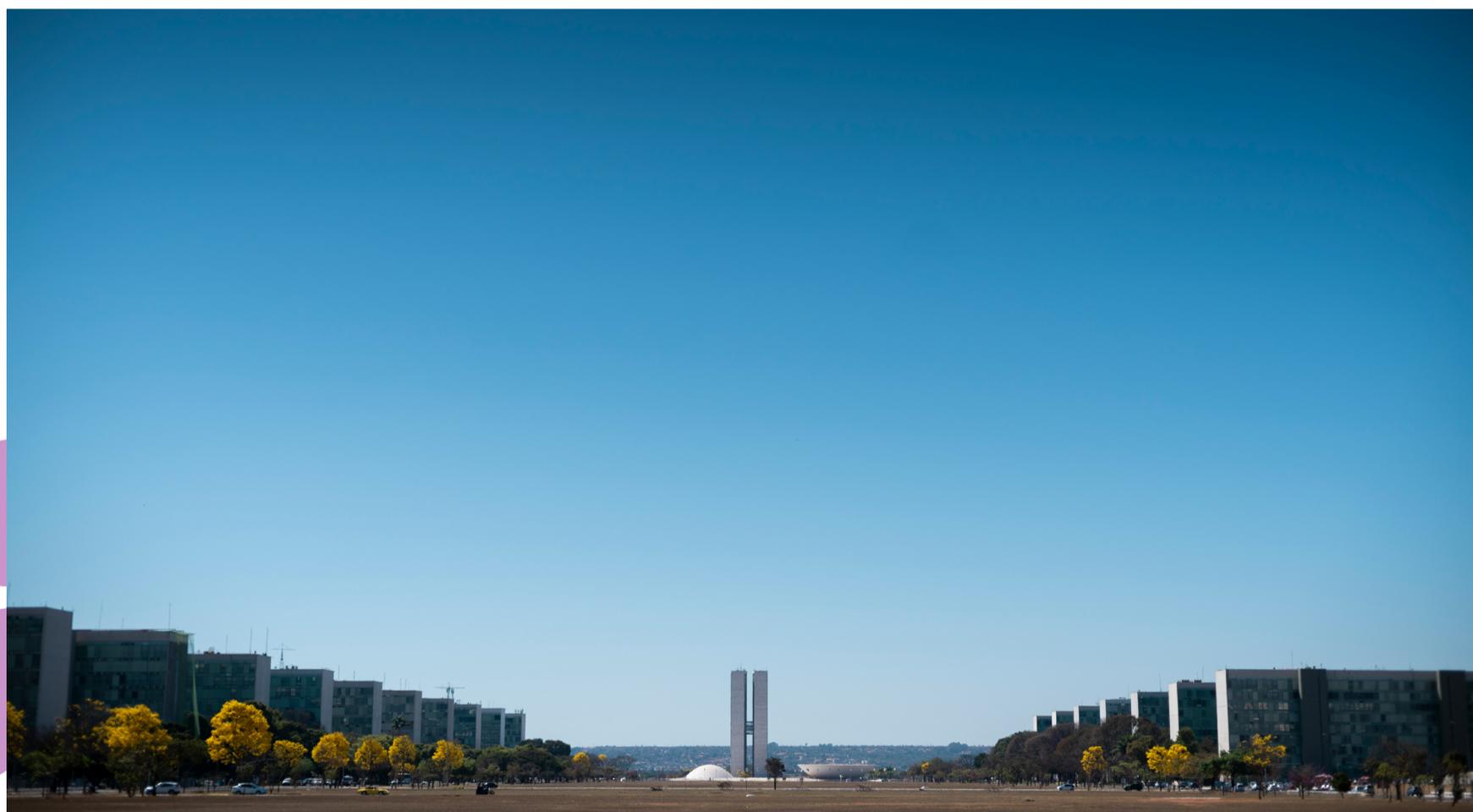
Curso de formação para Analistas de Planejamento e Orçamento - APO.

Demandante

Ministério do Planejamento e Orçamento

Objetivo geral

Formar novos servidores para atuarem no cargo de Analistas de Planejamento e Orçamento (APO) a partir de conhecimentos técnicos e práticos essenciais para o exercício da função pública nas especialidades definidas no edital do concurso.



2. APRESENTAÇÃO

2.1 Contexto e Justificativa

A Carreira de Planejamento e Orçamento é constituída dos cargos de Analista de Planejamento e Orçamento (APO), nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento (TPO), nível médio; e foi criada pelo Decreto-Lei nº 2.347/1987 (com alteração de denominação introduzida pela Lei nº 8.270/1991), tendo como competência o exercício de atividades de gestão governamental nos aspectos técnicos relativos à formulação, implementação e avaliação de políticas nas áreas orçamentária e de planejamento, conforme estabelece o artigo 23 da Lei nº 9.625/1998.

A carreira integra o chamado “ciclo de gestão”, cujas atividades atribuídas ao cargo de APO destacam-se por suas responsabilidades estratégicas na administração orçamentária e no planejamento público. As atribuições abrangem atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo a direção superior da administração orçamentária e de planejamento governamental; assessoramento especializado, inclusive na área internacional; supervisão e execução de atividades inerentes ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; orientação e supervisão de auxiliares; estudo, pesquisa,

análise e interpretação da legislação econômico-fiscal, orçamentária, de planejamento governamental, de pessoal e encargos sociais, com vistas à adequação da política de planejamento e orçamento ao desenvolvimento econômico; supervisão, coordenação e execução de trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento e revisão dos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA); desenvolvimento dos trabalhos de integração entre o planejamento e os orçamentos governamentais; modernização e informatização dos sistemas de planejamento e orçamento da União.

Como se depreende, o perfil do APO requer muita versatilidade, e as atribuições e atividades comportam diferentes abordagens e habilidades, desde a capacidade analítica de compreender e avaliar políticas públicas, com base em diferentes formações – economia, administração, contabilidade, etc. – até a liderança de equipes, de várias composições e tamanhos. O relacionamento com outros órgãos e instituições da Administração Pública, incluindo todos os Poderes e entes federados, também constitui parte essencial da rotina do APO, em qualquer nível de atuação.

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SIPOF) foi instituído pela Lei nº 10.180/2001 e atualmente é composto pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), como órgão central; as secretarias do MPO que executam atividades de planejamento e de orçamento, como órgãos específicos; as unidades de planejamento e de orçamento da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, dos ministérios, das agências reguladoras e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, como órgãos setoriais; além das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O SIPOF tem por finalidade: (I) formular o planejamento estratégico nacional; (II) formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social; (III) formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais; (IV) gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal; (V) e promover a articulação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, visando à compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.

A carreira atualmente é composta por:

	APO	TPO	TOTAL
Ativos	497	38	535
Inativos	370 aposentados 85 pensionistas	202 aposentados 35 pensionistas	572 aposentados 120 pensionistas
TOTAL	952	275	1227

Fonte: SIAPE (agosto/2024).

O Curso de Formação para o Cargo de APO corresponde à segunda etapa do concurso público para provimento do referido cargo, tendo caráter classificatório e eliminatório.

Tendo em vista a abrangência e a complexidade das atividades, bem como a dinâmica do contexto político, econômico, social e institucional e os objetivos governamentais de desenvolvimento e de democratização; a formação inicial do APO visa ao desenvolvimento de competências para o enfrentamento dos desafios e conjunturas do setor público, fornecendo referenciais de análise técnica específicos, além de propiciar aos novos servidores uma visão global do funcionamento e da estrutura do Estado brasileiro e do processo de formulação e gestão de políticas públicas. Além disso, o curso procura ressaltar valores fundamentais relativos ao *ethos* público e desenvolver competências interpessoais necessárias ao exercício profissional posterior.

Como *ethos* público, a formação tem a preocupação em garantir, de forma transversalizada, a importância de princípios de ordem superior, como constitucionalismo, cidadania, interesse público, equidade social e justiça, bem como a preocupação com a conservação da integridade do Estado Democrático de Direito.

2.1 Objetivo Geral

Formar novos servidores para atuarem na carreira de Planejamento e Orçamento, no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento - APO, a partir de conhecimentos técnicos e práticos essenciais para o exercício da função pública nas especialidades definidas no edital do concurso.



3. COMPETÊNCIAS

A seguir serão apresentadas as competências transversais e de liderança, bem como as competências específicas que norteiam a formação dos servidores para o curso de formação inicial para **Analista de Planejamento e Orçamento - APO**.

3.1 Competências Transversais e para Liderança

O Ministério do Planejamento e Orçamento considera as competências transversais e para liderança definidas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Essas constam na presente proposta de curso de formação inicial para Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), como descritas a seguir.

Competências transversais

Resolução de problemas com base em dados: a ênfase na utilização de ferramentas e plataformas digitais, bem como a gestão de ativos de informação, reflete a competência de resolver problemas com base em dados concretos.

Foco nos resultados para os cidadãos: a transformação digital dos serviços públicos e a melhoria contínua

da experiência do usuário demonstram o foco nos resultados para os cidadãos.

Mentalidade digital: a competência geral do eixo de Transformação Digital e a aplicação prática das políticas e ferramentas atuais mostram a incorporação da mentalidade digital.

Comunicação: a habilidade de comunicar estratégias e políticas eficazmente é evidente na competência específica de gestão e governança de TIC.

Trabalho em equipe: o planejamento, gestão e fiscalização de contratos de TI requerem trabalho em equipe e coordenação entre diferentes partes da Administração Pública.

Visão sistêmica: capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

Organização por valores éticos: a ênfase na privacidade e segurança da informação reflete a organização por valores éticos, assegurando a integridade dos dados. (Fonte: Enap, 2021).

Diversidade e Inclusão: capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades,

vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

Competências para Liderança

Visão de futuro: capacidade para imaginar e prospectar futuros, traçar diretrizes estratégicas para a organização e para a sociedade, tendo por base as características históricas, o contexto e as tendências em âmbito local, regional, nacional e internacional, aliada à capacidade para imaginar e prospectar cenários para além do futuro imediato.

Inovação e mudança: capacidade de questionar abordagens convencionais na solução de problemas, de adotar novos insights à sua ação, de criar um ambiente propício à experimentação e à melhoria contínua, de suscitar e encorajar ideias de vanguarda e novas formas de se trabalhar, adotando medidas incrementais ou disruptivas que conduzam a organização a responder de forma adequada ao contexto e se preparar face a cenários futuros.

Comunicação estratégica: capacidade de desenvolver conceitos e ideias com clareza; de comunicar propósitos, planos e estratégias e inspirar confiança; de estabelecer uma comunicação

empática, persuasiva e influente; de construir narrativas que representem e legitimem a atuação da organização.

Geração de valor para o usuário: capacidade e sensibilidade para compreender as necessidades e expectativas dos usuários em relação aos serviços do Estado; orientar a atividade da organização para o resultado; e buscar o envolvimento da sociedade no processo de formulação e implementação da política e dos serviços públicos.

Gestão de resultados: domínio dos conhecimentos sobre gestão, inerentes à capacidade de tomar decisões e gerenciar, de forma competente e estratégica, os atos da organização. Capacidade de atuar com base em desempenho, metas, resultados e impactos, construídos de forma aderente ao contexto organizacional e social existente.

Gestão de crises: capacidade de antecipar, identificar e administrar a ocorrência de situações de risco, de construir soluções criativas, estratégicas e tempestivas adequadas ao contexto. Capacidade de ação em face de situações de imprevisibilidade e escassez, e de reação sob pressão.

Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal: capacidade de empregar o autoconhecimento e a inteligência emocional na construção de sua identidade de líder, de reconhecer intimamente suas forças e fraquezas de ordem comportamental, de administrar suas emoções de modo a construir uma cultura organizacional fundada em valores humanos. Capacidade de identificar suas capacidades e limitações e de assumir o compromisso pelo próprio desenvolvimento, mediante a adoção de uma postura de abertura à aprendizagem contínua.

Engajamento de pessoas e equipes: capacidade de conduzir as pessoas ao encontro da visão, missão e objetivos organizacionais, de atuar como líder que agregue, engaje, incentive e empodere, que construa um ambiente inclusivo, favorável à cooperação e ao trabalho em equipe. Capacidade de promover uma liderança que associe o alto desempenho da equipe ao bem-estar dos indivíduos em sua rotina de trabalho. Capacidade de valorizar o capital humano da organização, propiciando à equipe oportunidades de formação e compartilhamento do conhecimento no espaço organizacional e promovendo uma cultura institucional propícia à aprendizagem contínua e ao desenvolvimento de pessoas orientado para os resultados.

Coordenação e colaboração em rede: capacidade de transitar com desenvoltura por uma linha de construção de entendimentos que vai desde a coordenação de interesses à gestão de conflitos, favorecendo a governabilidade por meio da construção de coalizões e consensos em torno de agendas de interesse comum. Capacidade de construir, mobilizar e manter redes confiáveis e abertas com *stakeholders* que são ou podem vir a se tornar atores importantes para o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Capacidade de atuar em um ambiente de governança em rede, construindo parcerias e fortalecendo as relações institucionais.

3.2 Competências específicas

O Eixo Estado, Democracia e Cidadania (eixo basilar), apresentado a seguir como primeira parte do Projeto Pedagógico de Curso, é proposto

como currículo transversal às demais carreiras de formação inicial na Enap. As disciplinas do Eixo Estado, Democracia e Cidadania desenvolverão competências essenciais a quem iniciar a vida funcional na administração federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.

EIXO: Estado, Democracia e Cidadania (basilar)

Competência Geral: assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Disciplina: **Governo Digital**

Competência específica: utilizar e incorporar as ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Disciplina: **Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável**

Competência específica: contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento, de forma inclusiva e sustentável, como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Disciplina: **Burocracia e Ethos Público**

Competência específica: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um *ethos* burocrático democrático.



Disciplina: **Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil**

Competência específica: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil; e atuar no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Disciplina: **Estado Democrático**

Competência específica: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado democrático de direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Disciplina: **Governança e Governabilidade**

Competência específica: atuar no serviço público compreendendo a separação entre Poderes, as complexidades da Federação e particularidades do sistema político brasileiro.

Além do eixo basilar (**Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**), o curso de formação inicial para Analistas de Planejamento e Orçamento também contesta estruturado em três eixos específicos, como dispõe a seguir:

EIXO 2: Políticas Públicas e Avaliação

Competência Geral: analisar e avaliar políticas públicas com os métodos atualmente aplicados na administração, considerando o planejamento hoje utilizado, bem como a construção estratégica de cenários.

Disciplina: **Análise de Políticas Públicas**

Competência: analisar as políticas públicas em suas mais diversas dimensões, de modo a compreender todo o ciclo de criação e desenvolvimento, por meio de noções básicas sobre teorias, modelos, estratégias e técnicas de análise e de avaliação, considerando o atual espectro da atuação da Administração Pública.

Disciplina: **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Gestão de Avaliações**

Competência: avaliar as políticas públicas em uma perspectiva sistêmica conforme critérios valorativos aderentes aos documentos normativos nacionais, desafios da contemporaneidade e o contexto heterogêneo de implementação de programas no país, bem como atuar nos processos de trabalho no âmbito das avaliações, de modo a permitir a sensibilização da importância da cultura de uso de

evidências no desenho, operação e avaliação de programas, de modo a potencializar os resultados das ações de governo.

Disciplina: **Uso de Dados e Métodos nas Avaliações de Políticas Públicas e Disseminação de Avaliações**

Competência: utilizar os principais métodos de avaliação de políticas públicas do governo, além de comunicar os resultados das avaliações, mediante conhecimento dos métodos avaliativos (qualitativos, quantitativos, mistos) empregados, das formas de gestão, análise e visualização de dados aplicados à prática avaliativa, considerando a avaliação como efetivo instrumento de apoio aos processos de planejamento e gestão orçamentária e garantindo participação social e transparência.

Disciplina: **Planejamento, Estratégia e Cenários**

Competência: utilizar instrumentos e métodos para a interpretação da conjuntura (problemas e oportunidades), desenho de futuros alternativos e possíveis cenários, formulação e execução de estratégias em ambientes complexos e dinâmicos (compreensão da importância do tratamento setorial e multissetorial), em horizontes integrados de curto, médio e longo prazo, visando ao alcance de objetivos e resultados da agenda governamental.



EIXO 3: Dinâmicas de Planejamento e Orçamento Público

Competência Geral: exercer as atividades de planejamento e orçamento, de acordo com o atual arcabouço normativo e ambiente socioeconômico do país, visando ao domínio dos processos empregados, tanto no microgerenciamento quanto na visão global.

Disciplina: **Elaboração, Gestão, Monitoramento, Avaliação e Revisão Do PPA**

Competência: trabalhar com o PPA como instrumento de organização da ação pública, considerando seus programas e suas agendas transversais como formas de planejar a política pública, detalhando a sua elaboração, gestão, monitoramento, avaliação e revisão.

Disciplina: **Aspectos macrofiscais do orçamento**

Competência: garantir a aplicação e o entendimento da teoria no ciclo orçamentário, a partir dos fundamentos legais do orçamento, bem como dos parâmetros macroeconômicos e sua influência na gestão orçamentária, concatenando a teoria com a prática.

Disciplina: **Princípios e Elaboração do Orçamento Federal**

Competência: exercer diversas atividades com o ciclo orçamentário no

que tange à elaboração e aprovação dos orçamentos, com adequado aprofundamento e versatilidade para realização do papel nas organizações, bem como aplicação e o entendimento da teoria no ciclo orçamentário, a partir dos fundamentos legais do orçamento.

Disciplina: **Gestão do Orçamento Federal**

Competência: exercer as atividades relativas à gestão da execução do orçamento, com o domínio de todos os processos que interferem nessa execução ao longo do exercício financeiro, garantindo a qualidade da entrega das políticas públicas com equilíbrio fiscal e respeito à legislação orçamentária e financeira.

EIXO: Estratégia, Inovações e Tendências em Planejamento e Orçamento

Competência Geral: dominar os instrumentos de avaliação de políticas públicas utilizados no Governo Federal, bem como as técnicas e conceitos mais atualizados na literatura, considerando o contexto político, econômico e social que rege as finanças públicas do país.

Disciplina: **Temas especiais em Planejamento e Orçamento**

Competência: dominar temas estratégicos do ciclo de planejamento e

orçamento, com ênfase na análise e avaliação dos investimentos públicos e agendas transversais, garantindo a transparência necessária para o controle social.

Disciplina: **Modernização Orçamentária**

Competência: assistir as modernas abordagens da gestão orçamentária, adequando-as à realidade brasileira com o nível de conhecimento suficiente, considerando a visão de futuro que se pretende atingir para o orçamento federal.

Disciplina: **Dados Aplicados ao Ciclo Orçamentário**

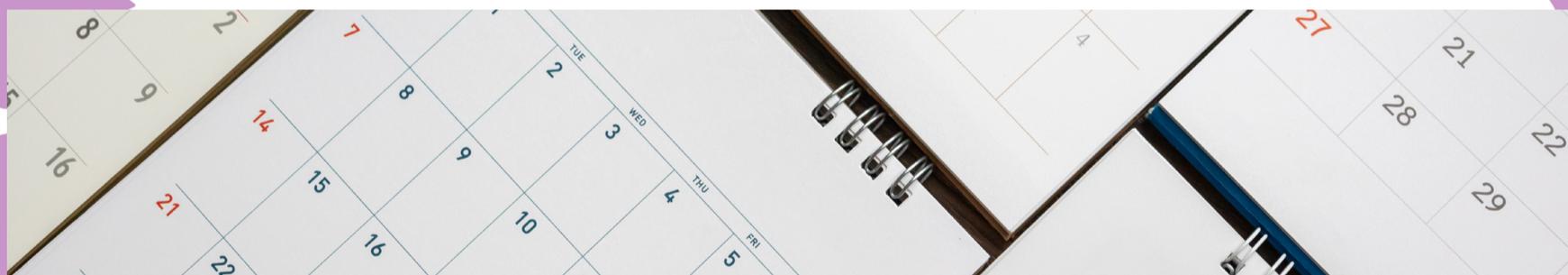
Competência: dominar as principais ferramentas de análise de dados do orçamento, com habilidade suficiente para extrair e avaliar criticamente a qualidade das informações, considerando a tecnologia e os sistemas atualmente disponíveis.

Disciplina: **Governança e Gestão do Planejamento**

Competência: dominar a gestão de programa e de projeto, a partir de meios e fins, com prazo determinado e com ação especial às ações não orçamentárias, bem como a definição e permanente avaliação do processo de implementação como o desenho do arranjo institucional, identificando os macroprocessos e a gestão de riscos associados a programas governamentais.

4. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Analista de Planejamento e Orçamento - APO	600	19	<ul style="list-style-type: none"> • 8h para atividade de acolhimento e apresentação do órgão, da carreira e do curso • 120h disciplinas do núcleo basilar • 372h disciplinas específicas • 40h para o laboratório de casos (atividade interdisciplinar) • 12h visitas técnicas • 60h (online) Trilha Combate aos Assédios e Outras Formas de Discriminação 	Etapa de concurso



5. CRONOGRAMA DE OFERTA

O curso de formação inicial para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento será realizado no período de 04 de novembro de 2024 à 14 de março de 2025.

6. METODOLOGIA

A educação profissional tem sido objeto de discussões focalizando prioritariamente as organizações curriculares e percursos formativos. Sendo assim, para este projeto, serão utilizadas as trilhas de aprendizagem, implementadas nas organizações como estratégia para desenvolver competências voltadas para o aprimoramento do desempenho atual e futuro dos colaboradores (Freitas; Brandão, 2006). As trilhas possibilitam a diversificação de estratégias de ensino e promovem uma aprendizagem mais ativa.

Serão utilizadas metodologias de ensino e aprendizagem voltadas para a construção de competências profissionais. Para tanto, a ênfase metodológica será em metodologias ativas/participativas, que foquem em contextos reais e em situações problemas.

Para este curso de formação inicial, as metodologias ativas são concebidas como as que valorizam a participação efetiva dos participantes na construção do conhecimento e no desenvolvimento de competências, por meio da mediação docente e do uso de abordagens metodológicas diversificadas

como o auxílio ou não de ferramentas digitais (Bacich; Moran 2018).

As trilhas de aprendizagem são caminhos educacionais a serem percorridos por uma pessoa em seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional. (Brandão; Carbone, 2002). São como rotas de navegação, pois se entende que, assim como navegadores possuem em suas mãos as cartas geográficas, bússola e informações meteorológicas, cada profissional têm um mapa de oportunidades disponíveis para que se escolha qual caminho seguir e aonde quer chegar (Le Boterf, 1999). Nesse sentido, as trilhas de aprendizagem surgem como estratégias de promoção do desenvolvimento de competências, tendo como âncoras as expectativas da organização e os anseios profissionais, desejos e necessidades das pessoas nelas envolvidas (Freita; Brandão, 2006), contribuindo para o desenvolvimento integral e contínuo do colaborador.

Para este projeto, optou-se pelas trilhas de aprendizagem em formato linear sequencial, onde já existe um percurso pré-definido para o partici-

pante. De acordo com Lopes e Lima (2019), para se estabelecer trilhas de aprendizagem, é preciso considerar como organizar e representar as unidades de aprendizagem que vão compor uma determinada trilha, quais serão os esquemas de navegação disponibilizados aos usuários, quais serão as restrições, os padrões adotados, entre outras questões. Isso permite maior organização de todo o processo formativo e facilita o desenvolvimento das competências almejadas na capacitação em curso. O curso de formação inicial para Analista de Planejamento e Orçamento (APO) está organizado em uma Trilha de Aprendizagem que possui dois eixos, compostos por disciplinas, painéis, oficinas, palestras e rodas de conversa.

Com relação às estratégias de ensino, para este curso serão utilizados estudos de caso, simulações, interação simultânea, sala de aula invertida, diálogos sucessivos e rodas de conversa, com o intuito de alcançar as competências transversais, de liderança e as competências específicas definidas para esta formação.



7. MATRIZ CURRICULAR

O quadro a seguir apresenta a Matriz curricular do curso de formação, a partir da composição dos eixos, atividades, temáticas e carga horária individual.

EIXO	Atividade	Tema	Carga horária
Eixo 1: Estado, Democracia e Cidadania (120h)	Disciplina	Governo digital	20h
	Disciplina	Desenvolvimento inclusivo e sustentável	20h
	Disciplina	Burocracia e <i>ethos</i> público	20h
	Disciplina	Diversidade populacional e desigualdades no Brasil	20h
	Disciplina	Estado democrático	20h
	Disciplina	Governança e governabilidade	20h

Total do Eixo: 120h

EIXO	Atividade	Tema	Carga horária
Eixo 2: Políticas Públicas e Avaliação (124h)	Disciplina	Análise de políticas públicas	24h
	Disciplina	Monitoramento e avaliação de políticas públicas e gestão de avaliações	32h
	Disciplina	Uso de Dados e Métodos nas Avaliações de Políticas Públicas e disseminação de avaliações	32h
	Disciplina	Planejamento, estratégia e cenários	32h
	Visita técnica	Visita técnica à SMA*	4h

Total do Eixo: 124h



EIXO	Atividade	Tema	Carga horária
Eixo 3: Dinâmicas de Planejamento e Orçamento Público (144h)	Disciplina	Elaboração, gestão, monitoramento, avaliação e revisão do PPA	32h
	Disciplina	Aspectos macrofiscais do orçamento	36h
	Disciplina	Princípios e Elaboração do Orçamento Federal	36h
	Disciplina	Gestão do Orçamento Federal	36h
	Visita Técnica	Visita técnica à SEPLAN*	4h

Total do Eixo: 144h

EIXO	Atividade	Tema	Carga horária
Eixo 4: Estratégia, Inovações e Tendências em Planejamento e Orçamento (104h)	Disciplina	Temas especiais em Planejamento e Orçamento	24
	Disciplina	Modernização orçamentária	20
	Disciplina	Dados aplicados ao ciclo Orçamentário	32
	Disciplina	Governança e Gestão do Planejamento	24
	Visita técnica	Visita técnica à SOF*	4

Total do Eixo: 104h

(*) Palestra ou evento não avaliativo.

(**) Poderão ser ofertadas palestras relacionadas aos temas desenvolvidos nos Eixos do Curso. No Eixo 2, registrar-se a sugestão de um painel com os seguintes temas: Políticas de Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos; Políticas de Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática; Políticas para a Defesa da Democracia e a Reconstrução do Estado e da Soberania.



8. CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

EIXO 1: Estado, Democracia e Cidadania - 120 horas

Competência Geral: assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Governo digital

Carga horária - 20h

Competência: Utilizar e incorporar as ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: Transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; Inteligência Artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável

Carga horária- 20h

Competência: Contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento, de forma inclusiva e sustentável, como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Ementa: Desenvolvimento em perspectiva histórica e modelos comparados de desenvolvimento. Desenvolvimento como projeto nacional; desenvolvimento como modernidade e crescimento econômico; neoliberalismo e ajuste estrutural; desenvolvimento como liberdade e o conceito de desenvolvimento humano. Fronteiras do Desenvolvimento: Agenda 2030, sustentabilidade, inclusão, democracia, paz e soberania. Cidades e desenvolvimento urbano. Planejamento como instrumento de ação governamental para o desenvolvimento.

Burocracia e Ethos Público

Carga horária - 20h

Competência: Servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um *ethos* burocrático democrático.

Ementa: História da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; *ethos* burocrático democrático; ética do servir e integridade; representação burocrática; a experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil

Carga horária - 20h

Competência: Reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil; e atuar no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: A desigualdade, sob perspectiva histórica. Aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda. Abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade. Enfrentamento às desigualdades. Burocracia representativa e estratégias

para maior representatividade nos espaços de poder. Políticas públicas inclusivas e responsivas a gênero, raça, etnia, deficiência e outros marcadores de vulnerabilidade. Instrumentos de política pública para promoção da equidade.

Estado Democrático

Carga horária - 20h

Competência: Exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: Democracia na contemporaneidade; Formação do Estado Brasileiro; Redemocratização e o Estado garantidor de direitos; Crises da democracia e da cidadania social. Relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Governança e Governabilidade

Carga horária - 20h

Competência: Atuar no serviço público compreendendo a separação entre poderes, as complexidades da federação e particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: Governança; separação entre Poderes; Federalismo; desafios para a atuação no Executivo federal; Presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares. O papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Eixo 2: Políticas Públicas e Avaliação

Análise de políticas públicas

Carga horária: 24 horas

Competência: Analisar as políticas públicas em suas mais diversas dimensões de modo a compreender todo o ciclo de criação e desenvolvimento por meio de noções básicas sobre teorias, modelos, estratégias e técnicas de análise e de avaliação, considerando o atual espectro da atuação da Administração Pública.

Ementa: Políticas públicas: evolução histórica enquanto campo de estudos e pesquisas. Conceitos fundamentais. Teorias e modelos de análise. Processos e fluxos em políticas públicas. Sub-sistemas de políticas públicas. Atores, suas redes, comunidades e coalizões. Ciclo de políticas públicas: agenda, formulação, implementação e avaliação. Introdução a monitoramento e avaliação.

Monitoramento e avaliação de políticas públicas e gestão de avaliações

Carga horária: 32 horas

Competência: Avaliar as políticas públicas em uma perspectiva sistêmica conforme critérios valorativos aderentes aos documentos normativos nacionais, desafios da contemporaneidade e o contexto heterogêneo de implementação de programas no

país, bem como atuar nos processos de trabalho no âmbito das avaliações, de modo a permitir a sensibilização da importância da cultura de uso de evidências no desenho, operação e avaliação de programas, de modo a potencializar os resultados das ações de governo.

Ementa: Breve histórico; conceitos básicos de monitoramento e avaliação; tradições disciplinares de avaliação, valores públicos e critérios avaliativos; evidências: tipos e fontes; a avaliabilidade de programas. Mapa de Processos e Resultados e Plano de Avaliação; casos de sucesso de M&A; sensibilização de lideranças no processo de avaliação; estratégias e instrumentos para condução de estratégias de monitoramento e avaliação de políticas públicas por equipe internas e contratadas; revisões sistêmicas e recursos de Inteligência Artificial, competências avaliativas e gestão de equipes responsáveis pela prática avaliativa.

Uso de Dados e Métodos nas Avaliações de Políticas Públicas e disseminação de avaliações

Carga horária: 32 horas

Competência: Utilizar os principais métodos de avaliação de políticas públicas do governo, além de comunicar os resultados das avaliações, mediante conhecimento dos métodos avaliativos (qualitativos, quantitativos, mistos) empregados, das formas de gestão, análise e visualização de dados aplicados à prática avaliativa, considerando a avaliação como efetivo instrumento de apoio aos processos de planejamento e gestão orçamentária.



ria e garantindo participação social e transparência.

Ementa: Tipos de avaliação (avaliação executiva, avaliação de desenho, avaliação de governança, avaliação de resultados, avaliação de impacto e avaliação econômica); métodos avaliativos (qualitativos, quantitativos, mistos); gestão e análise de dados aplicados à prática avaliativa; visualização de dados aplicados à prática avaliativa; comunicação e publicização de avaliações; recomendações avaliativas: gestão de uso e influência; revisão de gastos: avaliação como instrumento de apoio aos processos de planejamento e gestão orçamentária; avaliação, transparência e participação social; apresentação dos guias, ferramentas e materiais mobilizados pelo SMA para prática da avaliação, bem como a estrutura e governança existente no âmbito da SMA.

Planejamento, estratégia e cenários

Carga horária: 32 horas

Competência: Utilizar instrumentos e métodos para a interpretação da conjuntura (problemas e oportunidades), desenho de futuros alternativos e possíveis cenários, formulação e execução de estratégias em ambientes complexos e dinâmicos (compreensão da importância do tratamento setorial e multissetorial), em horizontes integrados de curto, médio e longo prazo, visando ao alcance de objetivos e resultados da agenda governamental

Ementa: Elaboração da dimensão estratégica do planejamento governamental; instrumentos e métodos de planejamento de curto, médio e longo prazo; construção de planejamento por cenários; elaboração de

estratégia e indicadores de desempenho estratégico.

Eixo 3: Dinâmicas de Planejamento e Orçamento Público

Elaboração, gestão, monitoramento, avaliação e revisão do PPA

Carga horária: 32 horas

Competência: Trabalhar com o PPA como instrumento de organização da ação pública, considerando seus programas e suas agendas transversais como formas de planejar a política pública, detalhando a sua elaboração, gestão, monitoramento, avaliação e revisão.

Ementa: PPA dentro da Constituição; Sistema Federal de Planejamento e Orçamento; estrutura do PPA e compatibilização com o orçamento; elaboração de programas, gestão, monitoramento, avaliação e revisão do PPA; participação social; agendas transversais.

Aspectos macrofiscais do orçamento

Carga horária: 36 horas

Competência: Garantir a aplicação e o entendimento da teoria no ciclo orçamentário, a partir dos parâmetros macroeconômicos e sua influência na gestão orçamentária, concatenando a teoria com a prática.

Ementa: História recente da política fiscal no Brasil; Necessidades de financiamento do setor público e sua relação com o orçamento; principais agregados de receita e despesa; projeção de receitas; projeção despesas obrigatórias, inclusive pessoal e sentenças judiciais; dívida pública; comparativo internacional; interação entre política fiscal e monetária.

Princípios e Elaboração do Orçamento Federal

Carga horária: 36 horas

Competência: Exercer diversas atividades com o ciclo orçamentário no que tange à elaboração e aprovação dos orçamentos, com adequado aprofundamento e versatilidade para realização do papel nas organizações, bem como aplicação e o entendimento da teoria no ciclo orçamentário, a partir dos fundamentos legais do orçamento.

Ementa: Aspectos gerais e ciclo orçamentário; Normas Orçamentárias - Legislação orçamentária: Constituição, Lei nº 4.320/64, LOA, LDO, Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei Complementar nº 200/2023; estrutura do orçamento e classificação da receita e despesa; PLDO e seu processo de elaboração; processo de elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais (PDG); processo legislativo orçamentário.

Gestão do Orçamento Federal

Carga horária: 36 horas

Competência: Exercer as atividades relativas à gestão da execução do orçamento, com o domínio de todos os

processos que interferem nessa execução ao longo do exercício financeiro, garantindo a qualidade da entrega das políticas públicas com equilíbrio fiscal e respeito à legislação orçamentária e financeira.

Ementa: Governança Orçamentária; alterações orçamentárias e seu processo; emendas parlamentares; relatório de avaliação de receitas e despesas; programação orçamentária financeira; acompanhamento orçamentário.

Eixo 4: Estratégia, Inovações e Tendências em Planejamento e Orçamento

Temas especiais em Planejamento e Orçamento

Carga horária: 20 horas

Competência: Dominar temas estratégicos do ciclo de planejamento e orçamento, com ênfase na análise e avaliação dos investimentos públicos e agendas transversais, garantindo a

transparência necessária para o controle social.

Ementa: Investimentos plurianuais; transparência e participação social; agendas transversais e marcações no orçamento.

Modernização orçamentária

Carga horária: 20 horas

Competência: Assistir as modernas abordagens da gestão orçamentária, adequando-as à realidade brasileira com o nível de conhecimento suficiente, considerando a visão de futuro que se pretende atingir para o orçamento federal.

Ementa: Orçamento por desempenho; revisão de gastos no orçamento; orçamento de médio prazo; metas físicas; proposta da nova lei de finanças.

Dados aplicados ao ciclo Orçamentário

Carga horária: 32 horas

Competência: Dominar as principais ferramentas de análise de dados do orçamento, com habilidade suficiente

para extrair e avaliar criticamente a qualidade das informações, considerando a tecnologia e os sistemas atualmente disponíveis.

Ementa: SIOP, BI-SIOP e painéis orçamentários; análise de dados como suporte à tomada de decisão e à governança orçamentária; dados e Inteligência Artificial, novas possibilidades para o ciclo de gestão orçamentária.

Governança e Gestão do Planejamento

Carga horária: 24 horas

Competência: Dominar a gestão de programa e de projeto, a partir de meios e fins, com prazo determinado e com ação especial às ações não orçamentárias, bem como a definição e permanente avaliação do processo de implementação como o desenho do arranjo institucional, identificando os macroprocessos e a gestão de riscos associados a programas governamentais.

Ementa: Gestão de programas, de projetos e de processos (arranjos institucionais); princípios de gestão da mudança; métodos de priorização de projetos; gestão de riscos.



9. LABORATÓRIO DE CASOS

Nesse PPC, o laboratório de casos utilizando o método de Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem Based Learning - PBL*) se apresenta como uma alternativa metodológica para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, constituindo-se como uma ferramenta importante para a superação da prevalência de aulas magistrais e do ensino centrado no docente. É um método que atribui ao professor não só a função de expositor do conhecimento, mas também a de facilitador da aprendizagem dos participantes, desenvolvendo ações de orientação, acompanhamento psicopedagógico e supervisão dos seus estudos.

De forma geral, o PBL é um método de ensino-aprendizagem estruturado nas seguintes características fundamentais:

- O ponto de partida para a aprendizagem é um problema.
- O contexto do problema faz referência a uma situação que o corpo discente poderá enfrentar como futuros profissionais.
- O conhecimento que os participantes devem adquirir durante a sua formação profissional é organizado em torno de problemas em vez de disciplinas.
- Os participantes, individual e coletivamente, assumem uma maior responsabilidade na sua própria instrução e aprendizagem.

Para a formação dos Analistas em Planejamento e Orçamento, teremos laboratórios orientados pelas seguintes temáticas:

Tema 1 – Agendas transversais e o desafio da inclusão no orçamento social

Descrição do escopo de abrangência: As Agendas transversais consistem em conjunto de políticas públicas com uma abordagem multissectorial e integrada, com a finalidade de encaminhar problemas complexos com foco em cinco dimensões: mulheres; povos indígenas; crianças e adolescentes; meio ambiente; e igualdade racial. Um dos principais objetivos da ação pública no contexto das agendas é o desafio da inclusão, cujo maior esforço é se fazer mostrar no âmbito de diversas políticas da Administração Pública Federal. As ações que compõem cada uma das agendas deverão sofrer monitoramento e avaliação constantes no âmbito do Plano Plurianual (PPA) e orçamento, daí a importância da utilização do orçamento por desempenho na sua adoção, bem como o domínio da gestão de dados, de modo a possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados.

Professora: Elaine Xavier e equipe.

Tema 2 – Sistema Nacional de Defesa Civil e os desafios de mudança climática

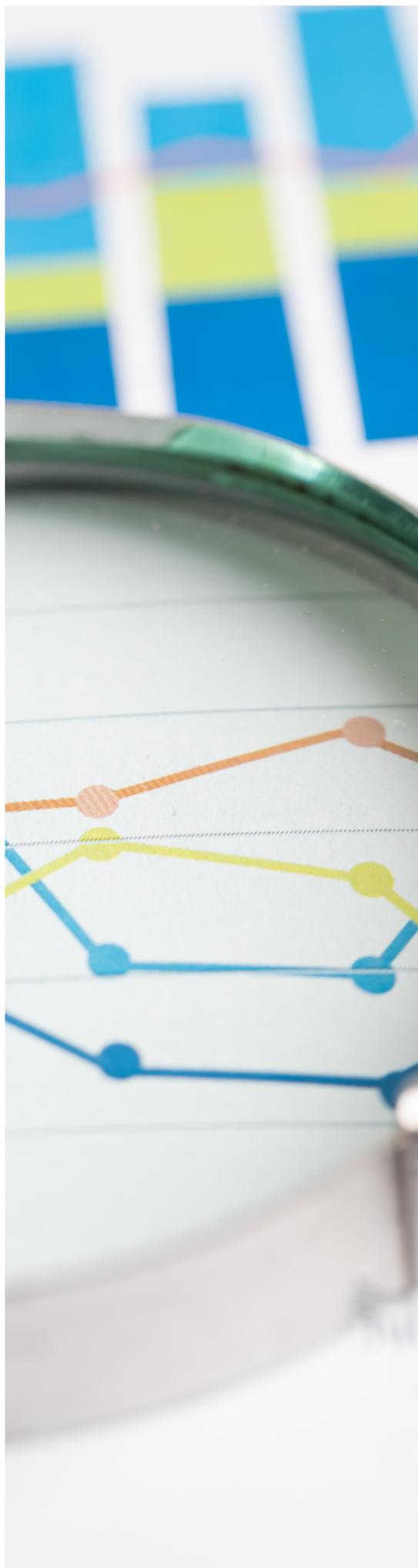
Descrição do escopo de abrangência: A Defesa Civil é um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação para emergências, resposta e recuperação. São atividades realizadas permanentemente nos estados, municípios e no Distrito Federal para evitar desastres e minimizar seus efeitos. O desafio da mudança climática deve se fazer presente em todas as dimensões da política pública, porém, no caso da defesa civil, torna-se crítico, haja vista seu efeito direto no objeto da ação, cujas evidências no país vêm fazendo com que o Sistema de Defesa ocupe cada vez mais protagonismo. Assim como nas Agendas Transversais, a utilização do orçamento por desempenho e o domínio da gestão de dados se fazem fundamentais em todas as etapas, desde as ações de planejamento, até nas respostas imediatas a desastres.

Professor: Zarak Ferreira e equipe.

Tema 3 – Regime Fiscal Sustentável, projeções de médio prazo e a sustentabilidade fiscal

Descrição do escopo de abrangência: O Regime Fiscal Sustentável, instituído pela Lei Complementar nº 200, de 2023, consiste em um conjunto de regras fiscais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da dívida pública no médio prazo. O grande desafio posto é justamente o atingimento do objetivo, sem o prejuízo do provimento dos serviços públicos e agenda estratégica do governo, daí a importância do monitoramento constante do desempenho da arrecadação, em conjunto com o crescimento das despesas obrigatórias, de modo a assegurar o espaço fiscal suficiente e necessário para os programas de governo. Nesse ponto, torna-se essencial o domínio dos dados estatísticos econômicos, permitindo uma avaliação permanente do contexto macroeconômico e seu rebatimento nas projeções fiscais.

Professores: Fabio Pifano, Mychelle Celeste e equipe.



10. TRILHA DE APRENDIZAGEM

Combate aos Assédios e Outras Formas de Discriminação

Nesse PPC, é obrigatória a Trilha de Aprendizagem **Combate aos Assédios e Outras Formas de Discriminação**, com carga horária de 64 horas aula, disponível na Escola Virtual de Governo (EV.G/Enap). A conclusão da trilha com a obtenção do Certificado de Aprovação contará como presença do corpo discente no período de 23 de dezembro de 2024 a 03 de janeiro de 2025.

A Trilha de Aprendizagem **Combate aos Assédios e Outras Formas de Discriminação** é toda auto instrucional, por meio da modalidade de Educação a Distância, podendo ser acessada no site da Enap em: <https://www.esco-lavirtual.gov.br/trilha/172>. Essa Trilha de Aprendizagem contempla os seguintes cursos:

- Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral (6h)
- Comunicação não violenta (20h)
- Inclusão de gênero na ponta da língua (8h)
- Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (30h)

Objetivo: Promover uma cultura de respeito e igualdade em todos os am-

bientes é essencial no enfrentamento dos assédios e outras formas de discriminação. A educação e a conscientização são fundamentais para erradicar essas práticas nocivas. Ao criar políticas e programas de apoio, construímos comunidades mais seguras e inclusivas para todos.

Curso: **Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral (6h)**

Neste curso, você conhecerá os elementos caracterizadores e as causas estruturantes do assédio moral e também sexual. Além disso, são apresentadas informações que contribuem para a prevenção e o combate ao assédio na Administração Pública, por meio da indicação de ferramentas e estratégias de enfrentamento. O curso tem como base o Programa de Auxílio à Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Curso: **Comunicação não violenta (20h)**

O que você entende por Comunicação Não Violenta (CNV)? Quer conhecer sobre o assunto? Este curso apresenta os principais conceitos e pilares para a realização de uma comunicação mais assertiva e empática.

Há dicas importantes para o aperfeiçoamento pessoal que você não pode deixar de conhecer.

Curso: **Inclusão de gênero na ponta da língua (8h)**

A língua, muitas vezes, é um componente social que contribui fortemente com a violência simbólica e o preconceito de gênero. Neste curso, você compreenderá os principais pontos para evitar o uso sexista da língua e para utilizá-la da maneira mais inclusiva possível. Nessa experiência, você conhecerá orientações objetivas de uso inclusivo da língua para aplicar no seu dia a dia.

Curso: **Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (30h)**

Para fortalecer a cultura de direitos humanos, a partir do reconhecimento, valorização e respeito à diversidade, é necessário compreender os principais desafios vivenciados por pessoas LGBTQIA+. Neste curso, você irá aprender os conceitos, conhecer experiências e aspectos específicos de violências, exclusão, discriminação e desigualdade vividos por pessoas LGBTQIA+, bem como estratégias para a garantia, promoção e defesa de seus direitos.

11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para efeitos da avaliação dos resultados do processo de ensino e aprendizagem, serão consideradas as demandas dos sujeitos envolvidos, isso torna o processo formativo mais significativo. Devendo ser considerado também as exigências avaliativas do curso de formação, tendo como foco os padrões de qualidade dos processos formativos para carreira de formação inicial conduzidos pela Enap. A seguir, você conhecerá as diretrizes da avaliação da aprendizagem e da avaliação do curso.

11.1 Avaliação para as aprendizagens

A avaliação para a aprendizagem será realizada tendo como base 3 funções:

- **Avaliação diagnóstica** - tem como principal objetivo verificar o conhecimento e/ou as necessidades dos sujeitos em formação.
- **Avaliação processual/formativa** - visa avaliar se o sujeito em formação está se apropriando do conhecimento e se o que foi proposto nos objetivos foi cumprido. Com a avaliação formativa é possível que o servidor em formação tome conhecimento dos seus erros e acertos e encontre significado no processo formativo.
- **Avaliação somativa** - A avaliação somativa é a etapa final do processo de ensino-aprendizagem, servindo como métrica para verificar se o corpo discente conseguiu atingir o nível de conhecimento mínimo ou desejável do que foi ministrado no curso de formação. Para Bloom (1993), a Avaliação Somativa busca avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e final. Considerando os dois eixos, basilar e o específico, acompanhe a seguir como a avaliação para as aprendizagens está organizada em cada um deles.

Eixo Basilar

A avaliação da aprendizagem no Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania (eixo basilar) será realizada nas disciplinas, conforme definido no plano de aula apresentado pelo corpo docente. Na avaliação da disciplina, poderão ser utilizados exercícios, trabalhos individuais e em grupo, estudos de caso e outros meios indicados pelo corpo docente. A nota final da disciplina terá a escala de 0 a 10, com duas casas decimais.

A nota final do Eixo 1 será a média ponderada das notas das disciplinas e será divulgada também como o somatório dos pontos atribuídos para cada disciplina, considerando o total de pontos do concurso e o número de pontos definido para o Eixo no regulamento do Curso de Formação. A distribuição dos pontos por disciplina será apresentada no início do Eixo.

O total de pontos de cada Eixo do Curso está definido no Regulamento do Curso de Formação, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Número de Pontos por Eixo do Curso de Formação

Eixos	Número de pontos por Eixos	
	Máximo possível	Mínimo para aprovação (Eixo)
Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania	120	72
Eixo 2 - Políticas Públicas e Avaliação	130	78
Eixo 3 - Dinâmicas de Planejamento e Orçamento Público	150	90
Eixo 4 - Estratégia, Inovações e Tendências em Planejamento e Orçamento	100	60
Laboratório de casos	—	—
Trilha de Aprendizagem: Combate aos Assédios e Outras Formas de Discriminação	—	—
Total de Pontos do Curso	Máximo possível	Mínimo par a aprovação (Curso)
	500	300

Eixos Específicos

A avaliação da aprendizagem nos eixos específicos do curso de formação será realizada nas disciplinas de cada eixo, conforme definido no plano de aula apresentado pelo corpo docente. Na avaliação da disciplina, poderão ser utilizados exercícios, trabalhos individuais e em grupo, estudos de caso e outros meios indicados pelo corpo docente. Este poderá também definir que parte da avaliação da disciplina será avaliada em prova final do Eixo. A nota final da disciplina terá a escala de 0 a 10, com duas casas decimais. Caso ocorra a Prova Final do Eixo, esta deve contemplar no máximo 40% da nota do Eixo.

A nota final de cada Eixo será a média ponderada das notas das disciplinas e a pontuação final do Eixo será o somatório dos pontos atribuídos para cada disciplina, considerando o total de pontos

do concurso e o número de pontos definido para cada Eixo no regulamento do Curso de Formação. A distribuição dos pontos por disciplina será apresentada no início de cada Eixo.

11.2 Avaliação do curso

A avaliação do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação** - trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap, permitindo, assim, que o discente possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder se verificar os resultados alcançados bem como as demandas para as próxi-

mas ações da Escola. Pode ser aplicada por disciplina, a fim de avaliar o nível de satisfação com relação a disciplina específica, bem como ao final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado** - trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



12. CERTIFICAÇÃO

Para obtenção da certificação de conclusão do curso, o discente deverá cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- Frequência mínima de 75% da carga horária total prevista.
- Avaliação satisfatória no desempenho em cada Eixo do curso com nota mínima 6,0 (seis) ou 60% dos pontos definidos para cada Eixo no Regulamento do curso.
- Aprovação no curso com nota mínima 7,0 (sete) ou 70% dos pontos totais do curso.

13. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas de modo presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF. Poderão ser programadas atividades pedagógicas a serem realizadas no Ministério do Planejamento e Orçamento (Explanada dos Ministérios, Bloco K), na Secretaria do Orçamento Federal (SEPN 516 Norte, Asa Norte, Brasília-DF) e em outros ambientes previamente indicados.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas as seguintes ferramentas colaborativas digitais: Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVA), Miro, Mentimeter, Kahoot, Google Documents e Jamboard. A Enap poderá oferecer treinamento ao docente que demonstrar interesse em utilizar tais ferramentas em suas aulas.



14. CORPO DOCENTE

EIXO 1: ESTADO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Disciplina D 1.1: Governo Digital

Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos, Especialista em Engenharia de Software

Marcos Moreira, Analista de Planejamento e Orçamento

Disciplina D 1.2: Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável

José Celso Cardoso Junior, Doutor em Economia

Professora Regina Coeli Moreira Camargos, Doutora em Ciência Política

Disciplina D 1.3: Burocracia e Ethos Público

Professora Gabriela Spanghero Lotta, Doutora em Ciência Política

Professor Alexandre de Ávila Gomide, Doutor em Administração Pública

Disciplina D 1.4: Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil

Professora Roseli Faria, Economista, Analista de Planejamento e Orçamento

Professor Eduardo Gomor dos Santos, Doutor em Política Social

Disciplina D 1.5: Governança e Governabilidade

Professora Graziella Guiotti Testa, Doutora em Ciência Política

Professora Joyce Luz, Doutora em Ciência Política

Disciplina D 1.6: Estado Democrático

Professora Luciana Ferreira Tatagiba, Doutora em Ciências Sociais

Professora Luciana da Conceição Farias Santana, Doutora em Ciência Política

EIXO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO

Disciplina D 2.1 - Análise de políticas públicas

Professora Gabriela Spanghero Lotta, Doutora em Ciência Política

Professor Roberto Rocha Coelho Pires (Ipea), Doutor em Políticas Públicas

Disciplina D 2.2 - Monitoramento e avaliação de políticas públicas e gestão de avaliações

Professor Paulo de Martino Jannuzzi (Ence/Ibge), Doutor em Demografia

Professora Márcia Paterno Jopert (RBMA), Mestra em Administração Pública

Disciplina D 2.3 - Uso de Dados e Métodos nas Avaliações de Políticas Públicas e disseminação de avaliações

Professor Wesley Matheus de Oliveira (SMA/MPO), Doutor em Ciência Política

Disciplina D 2.4 - Planejamento, estratégia e cenários

Professor Jackson Silvano De Toni (ABDI), Doutor em Ciência Política

Professor Adriano Caetano Santos (MGI), Mestre em Ciência Política

EIXO 3: DINÂMICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Disciplina D 3.1 - Elaboração, gestão, monitoramento, avaliação e revisão do PPA

Professora Estela Alves de Medeiros (Seplan/MPO), Doutora em Administração

Professora Rafael Martins Neto (Seplan/MPO), Mestre em Políticas

Públicas e Desenvolvimento

Disciplina D 3.2 - Aspectos macrofiscais do orçamento

Professora Luciana Duarte de Carvalho (SE/MPO), Mestre em Economia

Disciplina D 3.3 - Princípios e Elaboração do Orçamento Federal

Professor Victor Reis De Abreu Cavalcanti (SOF/MPO), Mestre em Políticas Públicas

Disciplina D 3.4 - Gestão do Orçamento Federal

Professor Gláucio Rafael da Rocha Charão (SOF/MPO), Especialização em Planejamento e Orçamento

EIXO 4: ESTRATÉGIA, INOVAÇÕES E TENDÊNCIAS EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Disciplina D 4.1 - Temas especiais em Planejamento e Orçamento

Professora Elaine de Melo Xavier (SOF/MPO), Mestre em Política Social

Disciplina D 4.2 - Modernização orçamentária

Professor Paulo Roberto Simão Bijos, Doutorando em Ciência Política, Mestre em Poder Legislativo

Disciplina D 4.3 - Dados aplicados ao ciclo Orçamentário

Professor Everton Batista Ramos (SOF/MPO), Mestrando em Governança e Desenvolvimento

Disciplina D 4.4 - Governança e Gestão do Planejamento

Professor Felipe Cesar Araújo da Silva (SOF/MPO), Mestrando em Administração Pública

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento**: MTO 2024. Brasília: SOF. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/imgs/mto2.jpg/view>.

BRASIL. **Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027**. Brasília: MPO. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/manual-tecnico-do-plano-plurianual-2024-2027/manual-do-ppa-2024-2027-1.pdf.

BRASIL. **Avaliação de Políticas Públicas**: Guia Prático de Análise Ex Ante. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2018. Vol. 1, 192 p. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/@download/file.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex post*, volume 2. Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. - Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post**. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2018a. Vol. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf>.

BRASIL. **Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de análise de impacto regulatório** - AIR. Casa Civil/Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Go-

vernamentais [et al.] Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view.

BRASIL. **Indicadores de programas**: Guia Metodológico. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2010. Disponível em: <http://www.economia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/12/Guia-Metodo%C3%B3gica-Indicadores-de-Programas.pdf>.

CARDOSO JR; CUNHA; José Celso e Alexandre (Orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília, Ipea, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3521/1/Planejamento%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>.

CARDOSO JR, José Celso Pereira Organizador. **Planejamento Brasil século XXI**: inovação institucional e refundação administrativa: elementos para o pensar e o agir. 2015.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar a avaliação. In: CARDOSO Jr, José Celso Cardoso e CUNHA, Alexandre dos Santos (Organizadores). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2015. Parte III: Monitoramento e avaliação de políticas públicas, capítulo 8. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5810>.

ENAP. **Competências essenciais de liderança para setor público brasileiro**. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5715>.

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.). **Coletânea de Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: Editora Enap, 2007. v. 1 e v. 2. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/655>.

IPEA. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Brasília, Ipea: Assecor, 2017.320 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas, Alínea, 2017, 6ª. edição revisada e ampliada.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Coletânea de políticas públicas-volume 1**. 2006.. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3132>.

SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. **Guia brasileiro de análise de dados**:

armadilhas & soluções. Brasília: Enap. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6039/1/Guia%20BR%20de%20Ana%c-c%81lise%20de%20Dados.pdf>.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória? Cadernos Cedes, v. 23, p. 267-281, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 out. 2021. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

WU, Xu et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>.





MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

